

Autoridades recebem mais oito denúncias

Cavalcante (GO) — A população de Cavalcante, no nordeste goiano, recebeu, com apreensão, as diligências de representantes da Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) da Câmara dos Deputados, da Assembleia Legislativa Estadual, do Ministério Público Estadual e da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República para apurar casos de estupro de meninas da comunidade kalunga. Durante a audiência pública, realizada na sede do Programa de Erradicação de Trabalho Infantil, foram recebidas oito novas denúncias de abusos sexuais, além do roubo de documentos do Conselho Tutelar. O auditório ficou lotado com cerca de 250 pessoas. Muitos levaram cartazes em protesto aos crimes.

Como o Correio mostrou em

Pela primeira vez, em 284 anos de fundação, o município recebeu representantes dos poderes Legislativo, Judiciário e Executivo das esferas estadual, federal e local. Durante todo o dia, foram realizadas visitas e entrevistas com vítimas e testemunhas. Apenas no ano passado, segundo dados da CDHM, 57 meninas menores de 15 anos se tornaram mães e apenas sete crianças tiveram a paternidade reconhecida. "Nós queremos saber por que as pessoas que estão envolvidas nesses crimes não estão presas. Faremos encaminhamentos para garantir essa apuração. São muito sérias essas denúncias", avaliou o deputado federal Paulo Pimenta (PT-RS), presidente da CDHM.

Moradores da região usaram cartazes para protestar na audiência pública

série de reportagens, garotas nascidas em comunidades quilombolas são vítimas de violência sexual, principalmente por parte dos pais, para quem trabalham como domésticas, em troca de abrigo, comida e oportunidade de estudo.

Desde 2012, foram registradas, no Conselho Tutelar da cidade, 14 queixas. Segundo a Polícia Civil, 10 inquéritos foram concluídos e oito pessoas estão presas. Para o presidente da Associação Quilombo Kalunga, Vilmar Sousa

Costa, o número está abaixo da realidade. "Esses são os casos que vieram à tona. E aqueles que nem sequer foram relatados? A comunidade é carente, gostaríamos que os nossos direitos básicos fossem atendidos. Os estupros são reflexos da carência do povo quilombola", reclamou.

Entre os acusados de estupros na região da Chapada dos Veadeiros, estão o vice-presidente da Câmara Municipal de Cavalcante, Jorge Elias Ferreira Cheim (PSD), e



Antonio Cunha/CB/D.A Press

o ex-vereador e assessor da mesma Casa Neovalto Cândido de Souza. Ambos são acusados de abusar de garotas descendentes de escravas que moravam e trabalhavam como domésticas na casa deles.

Diante disso, o Ministério Público de Goiás informou que todos os relatos são apurados. "Aquilo que tem de ser feito está sendo feito. As denúncias que recebemos, nós apuramos. Se alguém deixou de ser preso é porque não há provas para isso", alegou a promotora Karina D'ambrósio. O delegado que responde pelo município goiano, Diogo Luiz Barreira, discordou: "Temos o laudo que comprova a violação da menina, e ele está no processo. A decisão (de não prender Cheim) tem de ser reavaliada", defendeu.

A deputada federal Erica Kokay (PT-DF) participou da audiência e reconheceu os desafios da investigação. "Muitas vezes, a sociedade cala essas meninas. Precisamos enfrentar essas violações indo contra a impunidade", questiona.

Depoimento

Ameaças

"Não temos condições nenhuma de trabalhar. Muitas vezes, temos de usar carros particulares para trabalhar. Nós, conselheiras tutelares, corremos risco. Somos ameaçadas todos os dias. Tenho medo de dizer que trabalho aqui. Fico pensando o que pode acontecer com a minha família. A sede (do Conselho Tutelar) foi arrombada e levaram documentos, inclusive da apuração dos casos de estupro. Não sabemos quem foi, mas isso é só mais uma falha que aconteceu devido às péssimas condições do conselho."

Vanessa Gomes (nome fictício), conselheira tutelar de Cavalcante